

Nela, a fonte de água pura converte-se em oceano, mar bravio, movido por uma coragem que é mais densa e vigorosa do que a coragem física – a mais sublime de todas as coragens – a coragem moral.

**DISCURSO DO HOMENAGEADO
BENEDITO CALHEIROS BOMFIM,
PROFERIDO EM 23 DE MAIO DE 2001,
agradecendo a entrega da Medalha
Teixeira de Freitas.**

Exmo. Sr. Marcelo Cerqueira, digno e culto Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Exmo. Sr. ex-presidente Hermann Baeta, representando nesta celebração o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Exmo Sr. Aloysio Tavares Picanço, na pessoa de quem saúdo os integrantes da Mesa, ex-Presidentes do IAB Carlos Henrique Carvalho Fróes e Ricardo Pereira Lira, presentes a este ato.

Exmo. Sr. João Luiz Duboc Pinaud, digno Secretário de Justiça do Estado, em quem cumprimento as demais autoridades que compareceram a esta solenidade.

Amigas, amigos e colegas, que aqui se acham.

Minha esposa e companheira Celi, queridos filhos, netos e parentes, que vieram me alegrar com suas presenças.

Caríssimo amigo Júlio César do Prado Leite, que, quebrando o protocolo, trouxe uma breve e tocante mensagem de profundo afeto.

Sou muitíssimo grato à carinhosa saudação do orador oficial desta Casa, o mestre e admirado amigo Eros Roberto Grau, em cujas palavras elogiosas não me reconheço. São fruto da amizade.

Quero expressar, também, gratidão ao Conselho Superior deste Instituto pela inigualável distinção da outorga da Medalha Teixeira de Freitas.

Agradeço aos ex-presidentes Ricardo Pereira Lira, Hermann Baeta e João Luiz Duboc Pinaud a generosa iniciativa da lembrança da agraciação, e especialmente a Marcelo Cerqueira, empreendedor e magnânimo Presidente do IAB, infatigável articulador da elevada honraria que me foi concedida.

Sensibilizado, agradeço ao honrado ex-presidente Eduardo Seabra Fagundes o ter encabeçado a indicação de meu nome a tão elevada condecoração.

Desculpem se, dado o caráter desta efeméride, e vencendo natural contragimento, não pude evitar algumas vezes de falar de mim mesmo.

Não fui candidato nem aspirei a essa premiação, da qual, sem dissimulada modéstia, não me julgo à altura. Sabem os idealizadores da homenagem que eu tinha candidato, porque, antes, já lhes havia revelado, solicitado e insistido para que examinassem o nome que, a meu ver, reunia as qualidades para receber tal comenda.

Sempre sustentei que homenagens só deveriam ser prestadas postumamente. Pois, nas vicissitudes da vida – e os exemplos disso são incontáveis e até atuais – todos somos suscetíveis de mudança de pensamento, de sentimentos, de conduta pessoal e até de caráter.

Mas, tratando-se de prática institucional, de rotina na vida de uma entidade, que tece sua memória e sua história em função de tais atos, é justo que a ela se vinculem nomes que, com extremo zelo e amor, se devotaram à instituição.

Imagino que aqueles que me distinguiram com a comenda, partiram da suposição de que, ao agraciado, cuja existência já vai longe demais, não sobra mais tempo para mudar. Talvez quisessem, por igual, prestar um tributo à coerência política e filosófica do homenageado, à sua permanente atividade associativa, como típico profissional liberal, esta espécie em vias de extinção.

A explicação mais plausível para tamanha magnanimidade pode residir ainda no propósito de compensar a ausência, no agraciado, das altas qualidades de saber jurídico que caracterizam o lídimo jurista, com o zelo, o devotamento, a extrema dedicação com que, na Presidência ou fora dela, vem devotando à instituição.

Seja como for, o que há de singular na história da Medalha Teixeira de Freitas é que está sendo ela entregue, provavelmente pela primeira vez, a quem vê no socialismo o futuro da humanidade.

Pode tratar-se de uma utopia, mas toda a realidade de hoje foi antes idéia gestada em sonho.

Disse Tancredo Neves que "não há nenhuma idéia generosa que não tenha conotação de esquerda. Doutro modo, teríamos que parar no espaço e no tempo".

Advogado

Não é o engrandecimento patrimonial, que não alcancei nem desejei, nem a notoriedade, que fazem o verdadeiro advogado sentir-se plenamente realizado, mas sua reputação de profissional consciencioso, ético, coerente, responsável, com independência para recusar causas indefensáveis, não transigir com os poderosos.

Advogado digno dessa função é o que não hesita em optar pelo Direito e pela justiça quando com eles conflitam a lei e a jurisprudência; é aquele profissional - a exemplo de Sobral Pinto - que não separa seu ofício do exercício da cidadania, da defesa das vítimas da prepotência, da pugna pelos direitos humanos.

Velhice

Não se pode conservar sempre a juventude do corpo, mas é possível manter a da mente, a do espírito, e uma das formas de fazê-lo é perseguir a utopia.

A velhice que se deve temer é a que imprime rugas na alma e não na face.

Como a única fórmula para não envelhecer é morrer antes, os idosos, enquanto lúcidos, deveriam saudar a velhice como uma dádiva da natureza. Com maior razão se, mesmo velhos, ainda nos sentimos produtivos e capazes de servir à comunidade.

Noberto Bobio - principalmente ele, que, mesmo no crepúsculo da existência, deu fecundas lições de sabedoria e de vida - não tem motivo para exorcizar a velhice. Poucos, como ele, sobreviveram para colher os frutos de sua genial produção intelectual.

Embora, como Afonso Arinos de Melo Franco, desfrute também do "silêncio cheio de vozes dos livros", diversamente, contudo, a velhice não me impôs o "recolhimento à paz do lar", como ocorreu com ele, segundo declarou ao receber, aqui, a Medalha Teixeira de Freitas.

Observa Gabriel Garcia Márquez que "os homens estão enganados ao pensar que deixam de se apaixonar quando envelhecem, sem saber que envelhecem quando deixam de se apaixonar".

O fato de desfrutar do conforto da família e dos amigos e de se sentir profissionalmente realizado, não justifica que, só por ter envelhecido, alguém se isole da comunidade, alheie-se da vida política, omita-se em relação aos problemas de seu tempo, dos interesses de seu país. O só fato da ida-

de não é bastante para coonestar a apatia, a omissão, o abstencionismo.

A cada um compete dar cota de participação, de civismo, de solidariedade, na medida de suas possibilidades e de suas forças.

Transformação do Mundo

Nunca é tarde – e não importa a idade – para cooperar e somar esforços com vistas à transformação do mundo, curá-lo da chaga do desemprego, da exclusão, da fome, da violência. A ansiedade não nos abate se temos motivação impessoal para continuar a viver.

Os homens que valem, realmente – dizia Nietzsche – são os que atuam contra o tempo em que viveram. Exemplo emblemático disso foi Barbosa Lima Sobrinho, cujas palavras, ouvidas quando da entrega da Medalha Teixeira de Freitas, ainda ecoam neste augusto salão.

Esse é o sentido altruístico, a verdadeira razão que justifica a vida. Deixamos de viver quando nos acomodamos, nos tornamos meros expectadores. Morremos quando não existe mais nenhum ideal, nenhuma motivação impessoal que justifique a continuação da existência.

A grandeza da vida está em apreciar as coisas, não pelo que valem materialmente, mas pelo significado social, moral e espiritual que possuem.

Teixeira de Freitas

Sobre Teixeira de Freitas, já discorreram nomes tutelares do Direito que foram condecorados com a Medalha de que ele é patrono. Tudo o que, hoje, pudesse falar sobre sua figura não passaria de uma pálida repetição do que a seu respeito já foi dito.

Sylvio Meira, o seu mais completo biógrafo, foi quem melhor evidenciou a genialidade do autor da Consolidação das Leis Civis e do Esboço do Código Civil.

Circunstância que chama a atenção é que um homem de sua envergadura intelectual e moral tenha morrido ignorado em seu país, mergulhado no ostracismo, pobre ao ponto dos amigos remanescentes precisarem fazer um apelo público para manutenção de sua família. Não teve ele nem o conforto do reconhecimento público que costuma chegar no ocaso da vida.

O tempo, que também destrói o corpo dos grandes homens, paradoxalmente, reconstrói, revitaliza e perpetua sua memória. A morte pulveriza a matéria, corrói o cérebro, mas, não só deixa vivas as idéias nele elaboradas, como ainda as projeta nas gerações vindouras.

O ideário que sustentou e as lições que deixa são o mais precioso legado que quem morre pode transmitir às gerações que lhe sucedem.

“Na existência dos homens – sentencia Josaphat Marinho – há que considerar a daqueles

que, mortos, desaparecem e a daqueles que, mortos, sobrevivem.”

A melhor maneira de cultuar a memória de Teixeira de Freitas é manter o Instituto dos Advogados Brasileiros, do qual ele foi um dos fundadores e seu 4º Presidente, sintonizado com a vida institucional do país, com os movimentos e anseios da sociedade, com o empenho pela justiça social, a defesa do estado de direito democrático, com a luta pela independência econômica e a soberania da nação.

Atuação do IAB

Fiel a essa vertente político-jurídica, a entidade raramente tem se omitido sobre tais problemas.

O que importa, porém, é a atualidade e a independência de seus pronunciamentos, sua presença ativa na sociedade, sua participação na vida do país.

Imperdoável é a neutralidade, a omissão, a fuga dos acontecimentos.

Mesmo porque não pode haver neutralidade entre a paz e a violência, entre a probidade e a corrupção, entre a justiça e a injustiça, entre a legitimidade e a ilegitimidade, entre o respeito ao direito e o arbítrio.

Fechar os olhos à ilegalidade, à imoralidade política e administrativa é compactuar com ela. Tolerar, indiferente, o abuso de poder, a violação

dos direitos humanos, a agressão à Constituição, é aquiescer com sua prática.

Alguns dos temas discutidos nesta Casa de cultura jurídica sofreram impugnação sob a alegação de terem natureza política.

A esse propósito, cabe lembrar o episódio, ocorrido em sessão plenária de 19 de agosto de 1954, na qual Alcino Salazar logrou fazer o IAB aprovar moção conclamando as forças armadas a empossarem o vice-presidente da República na chefia do governo, sob a alegação de que estava configurado “o estado de colapso e descrédito da autoridade do Presidente da República”.

Sobral Pinto, que subscrevera a moção de Alcino Salazar, teve de, posteriormente, renunciar à Presidência do Instituto, por ter sido desautorizado, interna e publicamente, em razão da franca e aberta oposição que passara a fazer aos Atos Institucionais, bem como à própria Revolução, que a entidade achava insusceptíveis de apreciação.

Rememora-se esse fato para demonstrar que, ainda que aprovado um pronunciamento – a nosso entender, equivocado –, este sodalício não se omite nos momentos de crise política ou institucional.

Direito e Política

Por mais que se queira separá-los, política e direito se interagem, são conceitos inseparáveis.

Todo acontecimento político, social ou econômico tem uma dimensão jurídica, indissociáveis que são:

"A política – no dizer de Rui Barbosa – é que transformou o direito privado, revolucionou o direito penal, instituiu o direito constitucional, criou o direito internacional. É o próprio viver dos povos, é a força ou o direito, é a civilização ou a barbárie, é a guerra ou a paz".

Na ótica de Calmon de Passos, "toda solução jurídica é também decisão política, e ambas deságuam no compromisso com determinado sistema de produção, de distribuição e apropriação de bens, com sentido nitidamente econômico".

A continuidade desse pensamento e a tradição deste Instituto impõem o debate e a definição de temas que constituem o desafio do momento atual.

A reforma agrária, crucial para a solução de uma das graves questões em que se debate o país, será implementada com o mesmo atraso com que abolimos a escravidão.

Quanto mais demorarmos a resgatar essa dívida social, maiores serão os seus riscos e o seu custo social para o país.

Ao se opor à solução desse problema, a oligarquia rural agrava as tensões no campo, aumenta o risco de uma convulsão social capaz de levar de roldão seus privilégios. A cegueira impede de ver que o meio mais seguro de retardar o socialismo é multiplicar o número de pequenos proprietários.

Com sua proverbial sensatez, Tancredo Neves alertava: "A história tem mostrado que, invariavelmente, o exacerbado egoísmo das classes dirigentes as tem conduzido ao suicídio social".

O abuso com que o Executivo edita Medidas Provisórias tumultuou o nosso ordenamento jurídico, ao ponto de não se saber qual a norma vigente, e, se vigente, por quanto tempo se manterá inalterada, prática que vem causando a insegurança e a instabilidade jurídica em que vivemos.

E tudo se faz com a cumplicidade do Legislativo, que, amesquinhando-se, desveste-se de atribuição sua, e do Supremo Tribunal Federal, que age com timidez e indesculpável complacência. Deixa-se, assim, a função de legislar ao sabor da vontade do príncipe.

Leis ordinárias ou disposições de códigos, que tramitaram durante anos no Congresso, são sumariamente alteradas ou revogadas ao bel-prazer do Presidente da República.

Temos de concordar com Fernando Henrique Cardoso, quando, senador, em 1990, assim profligava o uso de Medidas Provisórias:

"O Executivo abusa da paciência e da inteligência do país quando insiste em editar medidas provisórias sob o pretexto de que, sem sua vigência imediata, o Plano Collor vai por água abaixo, e, com ele, o combate à inflação.

Com esse ou com pretextos semelhantes, o governo afoga o Congresso numa enxurrada de

medidas provisórias. O resultado é lamentável: Câmara e Senado nada mais fazem do que apreciá-las aos borbotões... É certo, porém, que, seja qual for o mecanismo, ou o Congresso põe ponto final no reiterado desrespeito a si próprio e à Constituição, ou então é melhor reconhecer que no país só existe um "poder de verdade", o do presidente. E daí por diante – remata ele –, esqueçamos também de falar em democracia."

São palavras do senador de ontem em contraposição ao Presidente de hoje.

Globalização e Neoliberalismo

O vertiginoso avanço tecnológico das últimas décadas propiciou e estimulou a mundialização dos meios de comunicação e acelerou a mobilidade internacional do capital, cujo deslocamento passou a se produzir por meios eletrônicos.

São propulsoras e maiores beneficiárias dessa mudança, as nações ricas, que, por serem detentoras dos mecanismos geradores desse processo transformador, impõem sua hegemonia econômica ao resto do mundo. A esse fenômeno, chama-se globalização.

Na globalização, insere-se o velho liberalismo, agora apresentado sob nova roupagem e características modernas. Mas os reflexos econômicos, o sistema de relações de trabalho, os ingredientes geradores do desemprego, desarticulação social e empobrecimento, são os mesmos de antanho.

A globalização, que torna o mundo um só no terreno das comunicações, aumenta cada vez mais as desigualdades, alarga as distâncias sociais entre os países não pertencentes ao grupo dos ricos, acirra a competição comercial, concentra rendas, socializa a pobreza.

A filosofia do neoliberalismo é a da minimização ou eliminação da intervenção do Estado na economia e nos conflitos sociais, a liberdade de comércio internacional.

O liberalismo, desconsiderando a ética, reduz o homem e as relações de trabalho a padrões materiais, a valores pecuniários. Sua natureza mercantilista vê as pessoas como mercadorias, simples números, peças descartáveis. Sua filosofia faz da economia o centro do ser humano.

Típica insensibilidade do liberalismo-globalizante, na busca do lucro a qualquer custo, é o atual caso da pressão e ameaça do governo dos Estados Unidos para evitar que o Brasil forneça, gratuitamente, remédios produzidos aqui, aos portadores do vírus HIV.

"Não se pode permitir que, por trás de uma realidade concreta que é a internacionalização do mercado mundial – assinala Júlio César do Prado Leite –, volte a medrar o capitalismo selvagem em que a arbitrariedade empresarial passe a regular as relações de trabalho."

Privatizações

Alega-se mais que as privatizações incrementariam a produtividade, estimulariam a competição, criando mais empregos.

O que tem acontecido, porém, é que os indicadores sociais têm piorado e o endividamento interno e externo do Brasil vem crescendo de forma alarmante. Esses fenômenos são agravados com o aumento da concentração da renda, crescimento do desemprego e da pobreza.

Uma vez compradas as empresas brasileiras, as multinacionais passam a remeter lucros para suas matrizes e dividendos a seus acionistas, no exterior. A matéria-prima e equipamentos são preferencialmente adquiridos no exterior, causando desequilíbrio na balança comercial do país onde se instalam.

A alienação de nosso patrimônio público, mediante privatizações indiscriminadas e açodadas, está comprometendo a economia e a soberania nacional.

Na área estratégica – afirmou, há dias, a propósito da atual crise energética, o insuspeito ex-ministro Delfim Netto – “o processo de privatização está se tornando cada vez mais difícil em virtude dos erros nos programas de venda dos setores energéticos e de comunicações. O maior erro do governo foi iniciar as privatizações sem estar pronta sua regulamentação. Permitir às concessionárias a correção das tarifas pelo IGP-M foi erro

gravíssimo, do qual estão aproveitando para esfoliar os consumidores”. E conclui o ex-czar de nossa economia: “O governo deixou as decisões de investimento nas mãos das empresas privadas e proibiu investimentos das estatais”.

Quando deposto, em 1964, o Presidente João Goulart deixou uma dívida externa de cerca de 3 bilhões de dólares. Hoje, apesar dos recursos obtidos com as privatizações, nossa dívida externa é superior a 450 bilhões de dólares, em juros e amortização dessa dívida, que todos sabem ser impagável. E bem maior ainda é a dívida pública interna, que ascende a 536 bilhões de reais.

Liberdade de Mercado

Liberdade de mercado, um dos ícones da globalização, é um discurso enganoso, usado pelos países hegemônicos para efeito externo.

O protecionismo nas potências capitalistas é praticado às escâncaras. Típica desse comportamento foi a rumorosa suspensão da importação da carne brasileira pelo Canadá, acompanhada pelos Estados Unidos, a pretexto da suspeita de que nossos rebanhos estavam contaminados pela doença da “vaca louca”, ato que encobria uma retaliação à venda de aviões pela Embraer, na competição com a Bombardier.

Governos ultraliberais – para somente citar países da América Latina, que aderiram entusiasticamente ao Consenso de Washington – como o

de Collor e Fernando Henrique, no Brasil, André Perez, na Venezuela, Salinas, no México, Menem, na Argentina, Fujimori, no Peru, estão minados pela corrupção, como se improbidade e globalização fossem irmãs gêmeas.

A grave crise da Argentina é o mais recente e dramático exemplo do desastre causado por essa política de submissão.

Globalização e Declínio do Neoliberalismo

O magnata das finanças internacionais George Soros, assim vê o futuro da globalização:

"... É muito pouco provável que o sistema capitalista sobreviva ao atual teste. O declínio econômico ainda não completou o seu curso nos países periféricos e não há condições de revertê-lo sem um processo muito doloroso. Os bancos e empresas passarão por reorganizações, muitas pessoas ainda perderão os empregos. As tensões políticas estão em alta e aumentarão ainda mais.

(...) Não hesito, contudo, em asseverar que o sistema capitalista global sucumbirá aos seus próprios defeitos, se não nesta ocasião, na próxima crise – a não ser que reconheçamos suas deficiências e atuemos com rapidez para assegurar sua correção.

Já consigo discernir – conclui Soros – o delineamento da crise final. Será de natureza política. É provável a erupção de movimentos políticos in-

ternos que procurarão expropriar as corporações multinacionais para reconquistar a riqueza nacional. Alguns deles terão êxito, a exemplo da rebelião dos Boers ou da Revolução Zapatista."

Alguns analistas e economistas autorizados rejeitam que os Estados Unidos mergulhem num processo recessivo, o que causaria tensão e impacto na economia e nos indicadores sociais de muitos países.

Confirmando tal previsão, a economia norte-americana passa por uma fase de desaceleração, com cortes nos investimentos sociais, seguidos de inflação, acentuadas oscilações das bolsas, desemprego, apesar da política de baixa dos juros. A economia mundial já começa a sentir as consequências da retração interna que lá ocorre.

Cumprido pugnar por um modelo alternativo à globalização, em que o avanço tecnológico, ao invés de provocar exclusão, perda de empregos, desarticulação social, seja utilizado para melhorar a qualidade de vida do trabalhador e do povo.

É preciso transformar o pensamento único, que se está impondo, em pensamento plural, caminhar para uma integração soberana, em substituição à integração subordinada.

Em defesa de nossa economia e preservação da soberania, para fazer frente à estratégia de dominação das nações poderosas, devemos nos organizar, nos unir, resistir, criar e sedimentar uma consciência nacional, formar outros blocos regio-

nais, como contraponto à espoliação praticada pelos países ricos.

Eventos como o Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, em janeiro, criam espaço para o combate ao que a globalização tem de nefasto, abrem caminhos alternativos – como assinalou Moacyr Werneck de Castro – para enfrentar esse fenômeno, com suas características de virulência e injustiça. E aduz esse escritor:

“Há os que, temerosos, indagam se adianta “lutar contra isso”. Seria, para esses fracos de espírito, um combate de antemão perdido. Que fazer, em face da formidável potência militar que domina o mundo? Que opor a um capitalismo avassalador, que controla a economia mundial? Como defrontar-se com um aparato tecnológico sem paralelo, que mantém praticamente o monopólio da informação e alimenta uma pesquisa milionária, com sucção dos melhores cérebros da periferia? (...) A ilusão da força – termina Moacyr Werneck – gera esses mitos, que são utopias às avessas. Hoje, qualquer análise menos deslumbrada comprova que a couraça da globalização apresenta brechas e corrosões de ferrugem precoce que a tornam vulnerável.”

O Japão, por sua vez, depois de uma década de prosperidade, enfrenta grande dificuldade em sua situação interna e externa, com desvalorização da moeda, retração econômica, desemprego, fechamento de bancos e empresas, ao ponto de um

seu ex-primeiro-ministro ter afirmado que a economia do país está à beira de um colapso.

O ex-secretário de Estado americano Henry Kissinger reconhece que “O desafio básico é que o que se chama globalização é na verdade outro nome para a posição dominante dos Estados Unidos. O sistema econômico global favorece, acima de tudo, os países desenvolvidos”.

À prática neoliberal no Brasil, responsável pelo agravamento da recessão, é de se atribuir o alarmante crescimento da mão-de-obra informal, correspondente, hoje, a 50% dos trabalhadores com carteira assinada.

No dizer do Ministro Arnaldo Sussekind, “urge a derrubada do muro da escravidão sócio-econômica configurada no gigantesco fosso entre os países plenamente desenvolvidos e os demais, que foi sensivelmente agravado pela globalização, sem ética, da economia mundial”.

Não se quer negar a realidade da globalização. Mas a evidência é que os países que mais pregam o receituário neoliberal, os maiores críticos do protecionismo, são os que, quando lhes convém, erigem barreiras alfandegárias e sobretaxam produtos importados, protegem a economia interna contra a concorrência estrangeira, adotam medidas retaliatórias. Externamente, pregam a livre abertura do comércio e, internamente, praticam o protecionismo.

As grandes manifestações de protesto, por ocasião das reuniões das potências capitalistas, em

Seattle, Washington, Genebra, Praga, Nice, Davos, Santiago, Quebec, robustecidas pelo êxito do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, demonstram o começo de uma reação mundial contra a selvageria do neoliberalismo, a formação de uma consciência de luta, o atuante inconformismo com o modelo de globalização e sua coorte de exclusão, exploração, pobreza e endividamento.

Em Quebec, o local da reunião da 3ª Cúpula das Américas foi isolado por uma muralha de arame de aço de quatro quilômetros de extensão, que mal conteve a multidão de manifestantes.

A crescente onda de resistência ao atual modelo da globalização não tem por objetivo eliminá-la, mas transformá-la, torná-la solidária, distributiva, igualitária, humana, compatível com a ética.

O ícone do deus-mercado é vigorosamente contestado. O mito de sua inexorabilidade está estremecido. As mentes e corações começam a reagir contra o pensamento único, globalizante. O neoliberalismo começa a declinar. O edifício global sofre rachaduras, despe-se da auréola que o cercava.

A história ensina que nada é imutável. O nacional-socialismo de Hitler – e milhões de não alemães também acreditavam nisso – se autoproclamava milenar.

O caminho alternativo à globalização depende da soma de esforço de cada um, do grau de participação, de atuação coletiva, fazendo da busca da humanização e da solidariedade um denominador comum de luta.

O governo da globalização e da renúncia à soberania – prevê o acatado constitucionalista Paulo Bonavides – está fadado a passar como passaram já as ditaduras de épocas não menos funestas à civilização, ao progresso, ao futuro da humanidade.

Como disse Gabriel Garcia Márquez, ao receber o Prêmio Nobel de Literatura, “deixem-nos construir nosso próprio destino, com objetivos definidos por nós mesmos, da mesma forma que fomos capazes de construir nossa identidade cultural. Não reivindicamos outros “cem anos de solidão”, mas precisamos fazer destes “tempos de cólera” uma alavanca para romper com a resignação de sermos “mercados emergentes”.

Muito Obrigado.